

LEGISLAÇÃO

Lei nº 10.446/02



SUMÁRIO

Lei n. 10.446/2002 – Infrações Penais de	3
Repercussão Interestadual ou Internacional	3
Análise da Lei n. 10.446/2002.....	7
Resumo.....	12
Questões de Concurso.....	14
Gabarito.....	26
Gabarito Comentado	27

LEI N. 10.446/2002 – INFRAÇÕES PENAIS DE REPERCUSSÃO INTERESTADUAL OU INTERNACIONAL

Olá, caro(a) aluno(a). Nesta aula, você estudará a Lei n. 10.446/2002, que trata das atribuições da Polícia Federal na investigação de crimes de competência da Justiça Estadual. A lei em estudo regulamenta a aplicação do inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição Federal.

Sugerimos, desde já, que você se atenha às alterações promovidas pela Lei n. 13.642/2018.

Lembramos que, em 2012, no concurso de Agente da PF, o Cespe exigiu que o(a) candidato(a) conhecesse a lei em estudo para elaborar a questão dissertativa.

Bons estudos!

A Lei n. 10.446/2002 regulamenta o art. 144 da Constituição Federal, que assim está disposto:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I – polícia federal;
- II – polícia rodoviária federal;
- III – polícia ferroviária federal;
- IV – polícias civis;
- V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)

- I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; *(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. *(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. *(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. *(Incluído pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*

§ 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas: *(Incluído pela Emenda Constitucional n. 82, de 2014)*

I – compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e *(Incluído pela Emenda Constitucional n. 82, de 2014)*

II – compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei. *(Incluído pela Emenda Constitucional n. 82, de 2014)*

A memorização do art. 144 da Lei Fundamental é de suma importância, uma vez que o tema pode ser cobrado tanto nas questões de Direito Constitucional quanto nas de legislação penal especial.

Segurança pública difere de política de segurança, conforme leciona Bernardo Gonçalves Fernandes¹. A segurança pública é dever do Estado e consiste na prestação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Para sua concretização, deve haver o exercício do poder de polícia – como atividade limitadora de direitos individuais em prol do interesse público –, mas em sua modalidade especial, isto é, de segurança.

Já a política de segurança se divide em polícia administrativa, que atua preventivamente, evitando, assim, que o ilícito administrativo aconteça; e em polícia judiciária, destinada à atividade de investigação e, por isso, tem atuação repressiva, já que depende do ilícito penal.

Conceito de poder de polícia: conforme José dos Santos Carvalho Filho², é a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade.

Divisão das polícias: conforme o jurista Bernardo Gonçalves Fernandes³, se dividem da seguinte forma, vejamos:

- **Polícias da União:**

- **Polícia Rodoviária Federal:** órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira. Destina-se ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais, não exercendo atividades de polícia judiciária;
- **Polícia Ferroviária Federal:** órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se ao patrulhamento ostensivo das

¹ FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 9ª ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2017.

² CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. – 30ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

³ FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Op. Cit.*

ferrovias federais, não exercendo atividades de polícia judiciária. A polícia especializada foi extinta em 1996, com a privatização da rede ferroviária federal em 1996, no Governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB);

– **Polícia Federal:** veremos as atribuições em tópico à parte mais adiante;

• **Polícias dos Estados (subordinam-se aos Governadores dos Estados):**

– **Polícia Civil:** procede às investigações penais (exceto militares e as atribuições da Polícia Federal), exercendo a polícia judiciária no âmbito estadual;

– **Polícias Militares:** são forças auxiliares e reserva do Exército. Exercem as atribuições de polícia ostensiva e prevenção da ordem pública. Conforme a EC n. 60/2009, os integrantes das polícias militares do ex-Território Federal de Rondônia transformado em Estado, que, comprovadamente encontravam-se no exercício regular de suas funções, bem como os servidores e os policiais militares alcançados pelo art. 36 da LC n. 41/1981 e os admitidos regularmente nos quadros do Estado de Rondônia até a data de posse do primeiro Governador eleito, em 15/03/1987, constituirão, mediante opção, quadro em extinção da Administração Federal, assegurados os direitos e as vantagens a eles inerentes, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias. Esses membros da Polícia Militar continuarão prestando serviços ao Estado de Rondônia, na condição de cedidos, submetidos às corporações da Polícia Militar. Já a EC n. 79/2014 previu a inclusão, em quadro de extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas⁴;

– **Corpo de Bombeiros Militares:** são reserva do Exército. Também tem atribuições de salvamento, prevenção e extinção de incêndios, além das atividades de Defesa Civil;

⁴ FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Op. Cit.*

- **Polícias do Distrito Federal (CF/1988, art. 32, § 4º):** lei federal dispõe sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Assim, as polícias do DF são organizadas e mantidas diretamente pela União, embora utilizadas pelo Governo do DF. Há, portanto, um hibridismo jurídico;
- **Polícias dos Municípios:**
 - **Guardas municipais:** a CR/1988 autoriza os Municípios a criarem guardas municipais voltadas à proteção de seus bens, serviços e instalações (art. 144, § 8º), o que marca sua natureza como polícia administrativa⁵;
 - **Segurança viária:** a EC n. 82/2014 estabeleceu que a segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas: compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem, ao cidadão, o direito à mobilidade urbana eficiente; e compete, no âmbito dos Estados, do DF e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em carreira, na forma da lei⁶.

Análise da Lei n. 10.446/2002

Rege o art. 1º da lei em questão:

Art. 1º Na forma do inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição, quando houver repercussão interestadual ou internacional que exija repressão uniforme, poderá o Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública arrolados no art. 144 da Constituição Federal, em especial das Polícias Militares e Cíveis dos Estados, proceder à investigação, dentre outras, das seguintes infrações penais:

⁵ FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Op. Cit.*

⁶ FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Op. Cit.*

I – sequestro, cárcere privado e extorsão mediante sequestro (arts. 148 e 159 do Código Penal), se o agente foi impelido por motivação política ou quando praticado em razão da função pública exercida pela vítima;

II – formação de cartel (incisos I, a, II, III e VII do art. 4º da Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990); e

III – relativas à violação a direitos humanos, que a República Federativa do Brasil se comprometeu a reprimir em decorrência de tratados internacionais de que seja parte; e

IV – furto, roubo ou receptação de cargas, inclusive bens e valores, transportadas em operação interestadual ou internacional, quando houver indícios da atuação de quadrilha ou bando em mais de um Estado da Federação.

V – falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais e venda, inclusive pela internet, depósito ou distribuição do produto falsificado, corrompido, adulterado ou alterado (art. 273 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal). (Incluído pela Lei n. 12.894, de 2013)

VI – furto, roubo ou dano contra instituições financeiras, incluindo agências bancárias ou caixas eletrônicos, quando houver indícios da atuação de associação criminosa em mais de um Estado da Federação. (Incluído pela Lei n. 13.124, de 2015)

VII – quaisquer crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. (Incluído pela Lei n. 13.642, de 2018)

Parágrafo único. Atendidos os pressupostos do *caput*, o Departamento de Polícia Federal procederá à apuração de outros casos, desde que tal providência seja autorizada ou determinada pelo Ministro de Estado da Justiça.

Sugerimos que você memorize o rol exemplificativo de crimes previstos nos incisos do art. 1º da lei em estudo. Cumpre destacar que o *caput* do art. 1º dispõe que o Departamento de Polícia Federal “**poderá**” e não “**deverá**” realizar a investigação.

Repercussão interestadual ou internacional: abrange apenas crimes, excluindo-se as contravenções penais, pois não são da competência da Justiça Federal, conforme o art. 109, IV, da CF/1988⁷. Portanto, a Polícia Federal não tem a atribuição de investigar contravenções, apenas crimes, segundo essa lei.

Esses crimes devem ainda atingir bens jurídicos de mais de um Estado ou país, incluindo o Brasil, de forma direta ou indireta⁸.

⁷ NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis penais e processuais penais comentadas*. 5ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

⁸ ANDREUCCI, Ricardo Antonio. *Legislação Penal Especial*. 10ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015.

Para avaliar o grau de influência gerado pelo delito, torna-se conveniente associar o desenvolvimento dos atos executórios e a consumação da infração penal que precisam espalhar-se por mais de um local à comoção provocada em sociedade. Nessa junção, pode-se extrair a autêntica repercussão interestadual ou internacional do crime, merecendo a consequente repressão uniforme e harmônica, sem conflito de atribuições entre organismos policiais⁹.

Repressão uniforme: a lei, ao estabelecer a necessidade de repressão uniforme, pretendeu que a repressão fosse coesa, consertada, sem conflitos e disputas entre as polícias, possibilitando o efetivo combate à criminalidade. Assim, à Polícia Federal foi acometida essa tarefa, a qual será desempenhada, certamente, com auxílio dos demais órgãos policiais, mas sob a sua coordenação e comando¹⁰.

Sequestro, cárcere privado e extorsão mediante sequestro: esse tema é muito cobrado em concursos. Em regra, compete às polícias civis a investigação de tais crimes. Contudo, quando o sujeito ativo ou autor do delito tiver motivação política ou o crime for cometido em razão da função pública exercida pelo sujeito passivo, caberá à Polícia Federal investigá-los.

Cartel: é uma forma de oligopólio em que empresas legalmente independentes, atuantes do mesmo setor, promovem acordos entre si para conseguir o domínio de determinada oferta de bens ou serviços¹¹.

Violação de direitos humanos: estão previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos assinada em 1948, pós-Segunda Guerra Mundial. Se violados, havendo repercussão interestadual ou internacional que exija repressão uniforme, a atribuição para julgar será da Justiça Federal e, para investigar, da Polícia Federal,

⁹ NUCCI, Guilherme de Souza. *Op. Cit.*

¹⁰ ANDREUCCI, Ricardo Antonio. *Op. Cit.*

¹¹ *Ibidem.*

sem prejuízo da atribuição de outros órgãos policiais e governamentais, inclusive do Ministério Público¹².

Furto, roubo ou receptação de cargas, bens e valores: são crimes comuns que podem ser investigados pelas polícias civis dos Estados, havendo, em caso de repercussão interestadual ou internacional que exija repressão uniforme, atribuição investigativa concorrente da Polícia Federal¹³.

Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais e venda, inclusive pela internet, depósito ou distribuição do produto falsificado, corrompido, adulterado ou alterado: crimes contra a saúde pública, de perigo comum, que demandam repressão uniforme quando houver repercussão interestadual ou internacional¹⁴.

Furto, roubo ou dano contra instituições financeiras, incluindo agências bancárias ou caixas eletrônicos, quando houver indícios da atuação de associação criminosa em mais de um Estado da Federação: tais crimes são, em regra, de competência da Justiça Estadual. Apenas a investigação de tais delitos é que passou para a esfera federal. Assim, a Polícia Federal realiza o inquérito policial e depois o remete para o juiz de Direito e o Promotor de Justiça que darão início e prosseguimento no processo penal¹⁵.

Quaisquer crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres: a partir de agora, existe previsão expressa de que a Polícia Federal poderá investigar os crimes praticados pela internet

¹² ANDREUCCI, Ricardo Antonio. *Op. Cit.*

¹³ *Ibidem.*

¹⁴ *Ibidem.*

¹⁵ Site < <http://www.dizerodireito.com.br/2015/05/lei-131242015-nova-atribuicao-para.html>>.

que envolvam a divulgação de mensagens, imagens, sons, vídeos ou quaisquer outros conteúdos misóginos. Conteúdo misógino é aquele que propaga o ódio ou a aversão às mulheres¹⁶.

Obs.: os crimes do art. 1º, inciso VII, da lei em estudo, continuam sendo, em regra, de competência da Justiça Estadual. Apenas a investigação de tais delitos é que passou para a esfera federal. Assim, a Polícia Federal realiza o inquérito policial e depois o remete para o promotor de Justiça e juiz de Direito que darão início e prosseguimento no processo penal¹⁷.

16 Site: < <http://www.dizerodireito.com.br/2018/04/comentarios-lei-136422018-nova.html>>

17 *Ibidem*.

RESUMO

Nesta aula, abordamos, inicialmente, o fundamento constitucional da Lei n. 10.446/2002, que é o art. 144 da Constituição. O dispositivo constitucional trata da segurança pública e delimita as atribuições das diversas polícias brasileiras. Sugiro, para as provas de Direito Constitucional, que memorize as atribuições da Polícia Federal.

Posteriormente, ao estudarmos a Lei n. 10.446/2002, demonstramos as atribuições da Polícia Federal. Explicamos o porquê da repressão uniforme, que objetiva evitar conflitos entre as polícias e órgãos governamentais na apuração de crimes.

Sugiro que você memorize as mudanças feitas na Lei n. 10.446/2002, pelas Leis n. 12.894/2013, n. 13.124/2015 e n. 13.642/2018, que incluíram novos crimes no rol exemplificativo do art. 1º.

Por fim, sugiro que você refaça a dissertação da prova de Agente da PF de 2012, certame realizado pelo Cespe¹⁸, transcrita a seguir:

“O Departamento de Polícia Civil do Estado de São Paulo vem investigando os crimes cometidos por três pessoas, maiores e capazes, que atuam no roubo de cargas transportadas em operações interestaduais nos estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. As empresas transportadoras afetadas pelas ações dos criminosos são totalmente privadas, ou seja, não possuem participação financeira de nenhum ente da Federação, não havendo, portanto, em decorrência desses delitos, prejuízo patrimonial direto à União. Em operação destinada a prender em flagrante os criminosos, apenas um deles foi preso. No momento da prisão, ele ofereceu, ao chefe da equipe policial, cem mil reais para que fosse informalmente libertado.

¹⁸ Disponível em http://www.cespe.unb.br/concursos/DPF_12_AGENTE/arquivos/DPF12_AG_001_01.pdf Acesso em 1º de julho, às 4h35.

A proposta não foi aceita, e a prisão do criminoso foi efetuada, de acordo com as formalidades legais. Com base na situação hipotética apresentada acima, redija um texto dissertativo que responda, necessariamente e de maneira fundamentada, aos seguintes questionamentos.

< Havendo necessidade de repressão uniforme dos crimes acima mencionados, poderá o Departamento de Polícia Federal investigar os delitos contra o patrimônio (roubos)?

< Na situação considerada, a proposta feita pelo criminoso ao chefe da equipe policial configurou crime contra a administração pública? Em caso afirmativo, especifique o delito”.

QUESTÕES DE CONCURSO

1. (2018/FCC/DPE-AM/DEFENSOR PÚBLICO) A apuração das infrações penais, conforme o disposto no artigo 144 parágrafos 1º, I, e 4º, compete às Polícias Federal e Civil dos Estados. A atribuição da Polícia Federal pressupõe infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, bem como de infração penal cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme. Neste último caso, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública, poderá o Departamento de Polícia Federal investigar qualquer caso de

a) falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.

b) crimes contra as relações de consumo previstos na Lei n. 8.137/1990.

c) sequestro, cárcere privado e extorsão mediante sequestro.

d) furto, roubo ou receptação de cargas.

e) homicídio qualificado de grande repercussão local, desde que autorizados pelo Ministro da Justiça.

2. (2017/CESPE/PJC-MT/DELEGADO DE POLÍCIA) Se o titular de secretaria de determinado estado da Federação for sequestrado e o caso tiver repercussão interestadual ou internacional que exija repressão uniforme, então a investigação a ser feita pelo DPF

a) dependerá de autorização do ministro de Estado da Justiça, se o crime tiver motivação política.

b) dependerá de mandado do ministro de Estado da Justiça, se o crime acontecer por motivação política.

- c)** independará de autorização, se o crime for cometido em razão da função pública exercida ou por motivação política.
- d)** dependerá de autorização do ministro de Estado da Justiça, se o crime ocorrer em razão da função pública exercida.
- e)** dependerá de mandado do ministro de Estado da Justiça, se o crime se der em razão da função pública exercida.

3. (2015/FUNIVERSA/PC-DF/DELEGADO DE POLÍCIA) Com relação à defesa do Estado e das instituições democráticas, é correto afirmar que

- a)** a polícia federal se destina a apurar quaisquer infrações que tenham repercussão interestadual ou internacional.
- b)** a polícia civil pode ser dirigida por qualquer servidor integrante com carreira de delegado, agente, perito ou escrivão.
- c)** compete à polícia federal apurar infrações penais cometidas contra a União, suas fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- d)** a CF prevê a polícia federal, a polícia rodoviária federal, a polícia ferroviária federal e a polícia aeroportuária federal como órgãos permanentes, estruturados em carreira, organizados e mantidos pela União.
- e)** a polícia civil do Distrito Federal, a polícia militar do Distrito Federal e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal são organizados e mantidos pela União, mas estão subordinados ao governador do Distrito Federal.

4. (2015/FUNIVERSA/PC-DF/DELEGADO DE POLÍCIA) À luz da legislação especial de direito processual penal, assinale a alternativa correta.

- a)** A lei que dispõe sobre os crimes hediondos não prevê a possibilidade de aplicação da delação premiada, embora a jurisprudência dos tribunais superiores venha admitindo tal possibilidade.

- b)** Não se admite, em relação às infrações penais previstas no Código de Defesa do Consumidor, a concessão de fiança pela autoridade policial que preside o respectivo inquérito.
- c)** Tratando-se de infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exijam repressão uniforme, poderá o departamento de polícia federal do Ministério da Justiça, com prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública, em especial das polícias militares e civis dos estados, proceder à investigação das infrações penais arroladas taxativamente pelo legislador.
- d)** À imputação da prática de ato infracional a adolescente não se aplica o princípio do devido processo legal, pertinente ao processo penal comum relacionado à prática de infração penal – crime ou contravenção.
- e)** No processo por crime conhecido como “lavagem de dinheiro”, não se aplica o disposto no art. 366 do CPP, devendo o acusado que não comparecer nem constituir advogado ser citado por edital, prosseguindo o feito, até o julgamento, com a nomeação de defensor dativo.

5. (2015/FUNIVERSA/SAPEJUS-GO/AGENTE DE SEGURANÇA PRISIONAL) Acerca das disposições constitucionais a respeito dos órgãos de segurança pública, assinale a alternativa correta.

- a)** A polícia federal possui a atribuição de apurar infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme conforme dispuser a lei, ainda que tais infrações não ocorram em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- b)** Segundo a CF, os municípios podem constituir guardas municipais para suplementar eventual omissão do Estado em matéria de segurança pública.

- c)** Segundo a CF, as guardas municipais possuem a atribuição de colaborar com o órgão que atua como polícia judiciária local.
- d)** Às polícias militares, cabem a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública e a execução de atividades de defesa civil.
- e)** Às polícias civis, dirigidas por agentes de polícia de carreira, incumbem as funções de polícia judiciária e de patrulhamento das divisas interestaduais e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

6. (2014/CESPE/POLÍCIA FEDERAL/AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL) Com relação à Lei n.º 11.343/2006, que estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, e à Lei n.º 10.446/2002, que dispõe a respeito de infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exijam repressão uniforme, julgue o item subsequente.

Considere que a Polícia Federal tenha realizado operação para combater ilícitos transnacionais e tenha encontrado extensa plantação de maconha, em território brasileiro, sem a ocorrência de prisão em flagrante. Nessa situação, mesmo que não haja autorização judicial, a referida plantação será destruída pelo delegado de polícia, que deverá recolher quantidade suficiente para exame pericial.

7. (2014/CESPE/POLÍCIA FEDERAL/AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL) Com relação à Lei n.º 11.343/2006, que estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, e à Lei n.º 10.446/2002, que dispõe a respeito de infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exijam repressão uniforme, julgue o item subsequente.

Diante da ocorrência dos crimes de sequestro, de cárcere privado e contra a economia popular, caso haja repercussão interestadual, a Polícia Federal, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública arrolados pela CF, poderá investigar todas essas infrações, independentemente de autorização ou determinação do ministro da Justiça.

8. (2014/FCC/PGE-RN/PROCURADOR DO ESTADO) Considere as afirmativas abaixo sobre a disciplina constitucional da segurança pública.

I – A polícia federal, entre outras finalidades, destina-se a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

II – Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser lei complementar.

III – Ressalvada a competência da União, cujas funções de polícia judiciária são exercidas, com exclusividade, pela polícia federal, incumbem às polícias civis, subordinadas aos Governadores de Estados, Distrito Federal e Territórios e dirigidas por delegados de polícia de carreira, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

IV – A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas, compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em carreira, na forma da lei.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- a) III.
- b) I, II e III.
- c) I e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II e IV.

9. (2013/CESPE/DPF/DELEGADO DE POLÍCIA) Acerca das atribuições da Polícia Federal, julgue o item a seguir.

A Polícia Federal dispõe de competência para proceder à investigação de infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional, exigindo-se repressão uniforme.

10. (2013/CESPE/DPF/PERITO CRIMINAL) No que diz respeito às infrações penais de repercussão interestadual ou internacional (Lei n.º 10.446/2002), julgue o item seguinte.

Caso determinada contravenção penal tenha repercussão interestadual, poderá o Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública, proceder à sua investigação.

11. (2012/FUNCAB/PC-RJ/DELEGADO DE POLÍCIA) Considerando as normas constitucionais que regulam a competência da Justiça Federal, é correto afirmar que cabe aos juízes federais processar e julgar:

a) os crimes políticos e todas as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.

- b)** os crimes praticados contra o trabalhador que não importem em grave violação de direitos humanos.
- c)** as infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme.
- d)** os crimes cometidos em rodovias federais.
- e)** os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.

12. (2009/CESPE/TRF-2ª REGIÃO/JUIZ FEDERAL) Quanto à defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

- a)** De acordo com a doutrina, no estado de sítio há controle político prévio, concomitante e sucessivo.
- b)** É vedada, em caráter absoluto, a suspensão das imunidades parlamentares no estado de sítio.
- c)** O Congresso Nacional não permanecerá em funcionamento no estado de sítio, quando este for decretado na hipótese de declaração de guerra ou de resposta a agressão armada estrangeira.
- d)** Segundo a CF, os guardas municipais dispõem de competência para o policiamento ostensivo e preventivo.
- e)** Compete à Polícia Federal apurar as infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e intermunicipal e exija repressão uniforme.

13. (2009/FUNRIO/PRF/POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL/SUPERIOR) A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares. Neste sentido, é correto afirmar que incumbe

a) à polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, exercer com exclusividade as funções de polícia judiciária da União.

b) à polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

c) às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

d) à polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.

e) às polícias militares, ressalvada a competência da União, exercer as funções de polícia judiciária e apurar as infrações penais.

14. (2009/MOVENS/PC-PA/DELEGADO DE POLÍCIA) A Constituição Federal conceitua a “segurança pública” e diz que sua finalidade é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Com relação ao que prescreve a Constituição a respeito das polícias civis, assinale a opção correta.

- a)** As polícias civis possuem atribuição concorrente para apurar crimes de interesse da União, suas autarquias e empresas públicas federais.
- b)** As polícias civis têm atribuição exclusiva para apurar crimes descritos como condutas típicas nas leis eleitorais, podendo instaurar investigação quando tomar conhecimento do fato em primeiro lugar.
- c)** Às polícias civis é atribuído o poder para apurar condutas cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme de acordo com as disposições da lei.
- d)** As polícias civis que funcionam sob direção de delegados de polícia integrantes de carreira têm incumbência de apurar infrações penais.

15. (2012/UEG/PC-GO/DELEGADO DE POLÍCIA) São atribuições da Polícia Federal:

- a)** apurar infrações penais contra a ordem pública e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão regional ou interestadual e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.
- b)** prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.
- c)** exercer, concorrentemente com as polícias civis e militares, as funções de polícia judiciária da União.
- d)** exercer as funções de polícia marítima, fluvial, aeroportuária e de fronteiras.

16. (2007/CESPE/TJ-TO/JUIZ DE DIREITO) Acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

- a)** O estado de defesa, que visa restabelecer a ordem na hipótese de comoção grave de repercussão nacional, é instituído por meio de decreto do presidente da República e deve ser submetido ao Congresso Nacional.
- b)** Somente na hipótese de decretação do estado de sítio, os Conselhos da República e de Defesa Nacional devem ser ouvidos previamente pelo presidente da República, embora essa manifestação não seja vinculativa.
- c)** Conforme a doutrina majoritária, o Poder Judiciário pode reprimir abusos e ilegalidades cometidos nos estados de defesa e de sítio, mas não pode perquirir acerca da existência ou não da conveniência e oportunidade política para a sua decretação.
- d)** Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), à Polícia Federal compete, com exclusividade, apurar as infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme.

17. (2006/ESAF/TEM/AUDITOR-FISCAL DO TRABALHO) Não se inclui entre as competências constitucionais da Polícia Federal:

- a)** exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- b)** prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária.
- c)** exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- d)** apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União, suas entidades descentralizadas e em cooperação.
- e)** apurar infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme.

18. (2006/FAPEC/PC-MS/DELEGADO DE POLÍCIA) Analise as afirmações abaixo, quanto à SEGURANÇA PÚBLICA no texto constitucional.

I – A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, dentre outras atribuições, a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

II – A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

III – A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

IV – Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

V – Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Assinale a alternativa **correta**:

- a)** os itens I, II e V estão incorretos.
- b)** os itens I, III e IV estão corretos.
- c)** os itens II, III e V estão incorretos.
- d)** todos os itens estão corretos.
- e)** todos os itens estão incorretos.

19. (2004/CESPE/POLÍCIA FEDERAL/ESCRIVÃO DA POLÍCIA FEDERAL) Com relação à defesa do Estado e das instituições democráticas e à ordem social, julgue os itens subsequentes.

Atendidas as disposições legais, é atribuição da polícia federal apurar infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme.

20. (2004/CESPE/POLÍCIA FEDERAL/ESCRIVÃO DA POLÍCIA FEDERAL)

Com relação à defesa do Estado e das instituições democráticas e à ordem social, julgue os itens seguintes.

A apuração das infrações penais praticadas contra empresas públicas da União somente é de competência da Polícia Federal caso tenham repercussão interestadual, exigindo repressão uniforme.

GABARITO

1. a
2. c
3. e
4. e
5. a
6. C
7. E
8. d
9. C
10. Anulada
11. e
12. a
13. d
14. d
15. b
16. c
17. d
18. d
19. C
20. E

GABARITO COMENTADO

- 1.** (2018/FCC/DPE-AM/DEFENSOR PÚBLICO) A apuração das infrações penais, conforme o disposto no artigo 144 parágrafos 1º, I, e 4º, compete às Polícias Federal e Civil dos Estados. A atribuição da Polícia Federal pressupõe infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, bem como de infração penal cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme. Neste último caso, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública, poderá o Departamento de Polícia Federal investigar qualquer caso de
- a)** falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.
 - b)** crimes contra as relações de consumo previstos na Lei n. 8.137/1990.
 - c)** sequestro, cárcere privado e extorsão mediante sequestro.
 - d)** furto, roubo ou receptação de cargas.
 - e)** homicídio qualificado de grande repercussão local, desde que autorizados pelo Ministro da Justiça.

Letra a.

O examinador cobrou o inciso V do art. 1º da lei em estudo:

V – falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais e venda, inclusive pela internet, depósito ou distribuição do produto falsificado, corrompido, adulterado ou alterado (art. 273 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal). (*Incluído pela Lei n. 12.894, de 2013*)

2. (2017/CESPE/PJC-MT/DELEGADO DE POLÍCIA) Se o titular de secretaria de determinado estado da Federação for sequestrado e o caso tiver repercussão interestadual ou internacional que exija repressão uniforme, então a investigação a ser feita pelo DPF

- a)** dependerá de autorização do ministro de Estado da Justiça, se o crime tiver motivação política.
- b)** dependerá de mandado do ministro de Estado da Justiça, se o crime acontecer por motivação política.
- c)** independará de autorização, se o crime for cometido em razão da função pública exercida ou por motivação política.
- d)** dependerá de autorização do ministro de Estado da Justiça, se o crime ocorrer em razão da função pública exercida.
- e)** dependerá de mandado do ministro de Estado da Justiça, se o crime se der em razão da função pública exercida.

Letra c.

Se o crime estiver em um dos incisos do art. 1º da lei em estudo, a Polícia Federal não necessitará de autorização para realizar a investigação. Se o delito não estiver no rol exemplificativo, é necessária a autorização ou determinação do Ministro de Estado de Justiça.

3. (2015/FUNIVERSA/PC-DF/DELEGADO DE POLÍCIA) Com relação à defesa do Estado e das instituições democráticas, é correto afirmar que

- a)** a polícia federal se destina a apurar quaisquer infrações que tenham repercussão interestadual ou internacional.

- b)** a polícia civil pode ser dirigida por qualquer servidor integrante com carreira de delegado, agente, perito ou escrivão.
- c)** compete à polícia federal apurar infrações penais cometidas contra a União, suas fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- d)** a CF prevê a polícia federal, a polícia rodoviária federal, a polícia ferroviária federal e a polícia aeroportuária federal como órgãos permanentes, estruturados em carreira, organizados e mantidos pela União.
- e)** a polícia civil do Distrito Federal, a polícia militar do Distrito Federal e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal são organizados e mantidos pela União, mas estão subordinados ao governador do Distrito Federal.

Letra e.

Está de acordo com os arts. 21, inciso XIV, e 144, § 6º, ambos da CF/1988.

- a) Errada.** A Polícia Federal não se destina a apurar quaisquer infrações que tenham repercussão interestadual.
- b) Errada.** A Polícia Civil será dirigida por delegado de polícia de carreira.
- c) Errada.** Compete à Polícia Federal apurar delitos cometidos em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas.
- d) Errada.** A CF/1988 prevê que a Polícia Federal exerça a função de polícia aeroportuária.

4. (2015/FUNIVERSA/PC-DF/DELEGADO DE POLÍCIA) À luz da legislação especial de direito processual penal, assinale a alternativa correta.

- a)** A lei que dispõe sobre os crimes hediondos não prevê a possibilidade de aplicação da delação premiada, embora a jurisprudência dos tribunais superiores venha admitindo tal possibilidade.

- b)** Não se admite, em relação às infrações penais previstas no Código de Defesa do Consumidor, a concessão de fiança pela autoridade policial que preside o respectivo inquérito.
- c)** Tratando-se de infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exijam repressão uniforme, poderá o departamento de polícia federal do Ministério da Justiça, com prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública, em especial das polícias militares e civis dos estados, proceder à investigação das infrações penais arroladas taxativamente pelo legislador.
- d)** À imputação da prática de ato infracional a adolescente não se aplica o princípio do devido processo legal, pertinente ao processo penal comum relacionado à prática de infração penal – crime ou contravenção.
- e)** No processo por crime conhecido como “lavagem de dinheiro”, não se aplica o disposto no art. 366 do CPP, devendo o acusado que não comparecer nem constituir advogado ser citado por edital, prosseguindo o feito, até o julgamento, com a nomeação de defensor dativo.

Letra e.

A questão aborda a CF/1988 e diversas leis especiais, sendo que a alternativa “e” é a correta, conforme o art. 2º, § 2º, da Lei de Lavagem de Capitais, que está prevista apenas no edital de delegado de Polícia Federal, não sendo cobrada para o concurso de Agente. A alternativa “c” trata da lei em estudo, e está errada, pois está em desconformidade com o *caput* e inciso I do art. 1º, bem como com o art. 144, § 1º, inciso I, da CF/1988.

5. (2015/FUNIVERSA/SAPEJUS-GO/AGENTE DE SEGURANÇA PRISIONAL) Acerca das disposições constitucionais a respeito dos órgãos de segurança pública, assinale a alternativa correta.

- a)** A polícia federal possui a atribuição de apurar infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme conforme dispuser a lei, ainda que tais infrações não ocorram em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- b)** Segundo a CF, os municípios podem constituir guardas municipais para suplementar eventual omissão do Estado em matéria de segurança pública.
- c)** Segundo a CF, as guardas municipais possuem a atribuição de colaborar com o órgão que atua como polícia judiciária local.
- d)** Às polícias militares, cabem a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública e a execução de atividades de defesa civil.
- e)** Às polícias civis, dirigidas por agentes de polícia de carreira, incumbem as funções de polícia judiciária e de patrulhamento das divisas interestaduais e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Letra a.

A Polícia Federal possui a atribuição de apurar infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme, conforme dispõe a Lei n. 10.446/2002, ainda que tais infrações não ocorram em detrimento de bens, serviços e interesses da União.

b) Errada. Está em desacordo com o art. 144 da CF/1988, pois os Municípios podem constituir guardas municipais para proteção de seus bens, serviços e instalações.

c) Errada. Em desacordo com o art. 144 da CF/1988, pois as guardas municipais não possuem a atribuição de colaborar com o órgão que atua como polícia judiciária

local. Cumpre ressaltar que as guardas municipais devem prender quem está em flagrante de dano ao patrimônio público municipal e podem prender quem está em flagrante pela prática de outra infração penal.

d) Errada. Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

e) Errada. As polícias civis serão dirigidas por delegados de polícia de carreira, que exercem a função de polícia judiciária e possuem a atribuição de apuração das infrações penais, que não sejam da competência da Justiça Federal.

6. (2014/CESPE/POLÍCIA FEDERAL/AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL) Com relação à Lei n.º 11.343/2006, que estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, e à Lei n. 10.446/2002, que dispõe a respeito de infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exijam repressão uniforme, julgue o item subsequente.

Considere que a Polícia Federal tenha realizado operação para combater ilícitos transnacionais e tenha encontrado extensa plantação de maconha, em território brasileiro, sem a ocorrência de prisão em flagrante. Nessa situação, mesmo que não haja autorização judicial, a referida plantação será destruída pelo delegado de polícia, que deverá recolher quantidade suficiente para exame pericial.

Certo.

O examinador formulou um cabeçalho com duas assertivas, mencionando a Lei n. 10.446. O tráfico de drogas interestadual será apurado pela Polícia Federal, sendo que o julgamento de tal delito será de competência da Justiça Estadual. No art. 32, a Lei de Drogas autoriza o delegado de polícia a realizar o ato sem autorização judicial.

7. (2014/CESPE/POLÍCIA FEDERAL/AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL) Com relação à Lei n.º 11.343/2006, que estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, e à Lei n.º 10.446/2002, que dispõe a respeito de infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exijam repressão uniforme, julgue o item subsequente.

Diante da ocorrência dos crimes de sequestro, de cárcere privado e contra a economia popular, caso haja repercussão interestadual, a Polícia Federal, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública arrolados pela CF, poderá investigar todas essas infrações, independentemente de autorização ou determinação do ministro da Justiça.

Errado.

Conforme o art. 1º, I, da Lei n. 10.446/2002, em caso de sequestro, extorsão mediante sequestro e cárcere privado, a Polícia Federal pode investigar tais delitos apenas se o agente foi impelido por motivação política ou quando praticado em razão da função pública exercida pela vítima, o que não é o caso da questão. Cumpre ressaltar que o artigo “supra” não cita momento algum os crimes contra economia popular (aqueles previstos na Lei n. 1.521/1951). Exemplo: agiotagem.

8. (2014/FCC/PGE-RN/PROCURADOR DO ESTADO) Considere as afirmativas abaixo sobre a disciplina constitucional da segurança pública.

I – A polícia federal, entre outras finalidades, destina-se a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

II – Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser lei complementar.

III – Ressalvada a competência da União, cujas funções de polícia judiciária são exercidas, com exclusividade, pela polícia federal, incumbem às polícias civis, subordinadas aos Governadores de Estados, Distrito Federal e Territórios e dirigidas por delegados de polícia de carreira, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

IV – A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas, compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em carreira, na forma da lei.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- a) III.
- b) I, II e III.
- c) I e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II e IV.

Letra d.

I – Certo. Está de acordo com o art. 144, § 1º, I, da CF/1988.

III – Certo. Por conta do art. 144, § 1º, IV, e § 4º, da CF/1988.

II – Errado. Lei ordinária disciplina a questão das guardas municipais e não lei complementar.

IV – Certo. De acordo com o disposto no art. 144, § 10, I e II, da CF/1988.

9. (2013/CESPE/DPF/DELEGADO DE POLÍCIA) Acerca das atribuições da Polícia Federal, julgue o item a seguir.

A Polícia Federal dispõe de competência para proceder à investigação de infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional, exigindo-se repressão uniforme.

Certo.

Foi elaborada reproduzindo, em parte, o art. 144, § 1º, I, da CF/1988.

10. (2013/CESPE/DPF/PERITO CRIMINAL) No que diz respeito às infrações penais de repercussão interestadual ou internacional (Lei n.º 10.446/2002), julgue o item seguinte.

Caso determinada contravenção penal tenha repercussão interestadual, poderá o Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública, proceder à sua investigação.

Anulada.

A assertiva foi anulada pelo Cespe, conforme se verifica pela decisão de deferimento do recurso¹⁹:

O item está **correto**, pois o parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 10.446, de 2002, atendidos os pressupostos do seu *caput*, o Departamento de Polícia Federal procederá à apuração de outros casos, desde que tal providência seja autorizada ou determinada pelo Ministro de Estado da Justiça. Portanto, nada impede que o caso a ser apurado seja uma contravenção penal. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.

¹⁹ Disponível em: http://www.cespe.unb.br/concursos/DPF_12_PERITO/arquivos/DPF_PERITO_JUSTIFICATIVAS_DE_ALTERACAO_DE_GABARITO.PDF Acesso em 1º de julho de 18, às 2h45.

11. (2012/FUNCAB/PC-RJ/DELEGADO DE POLÍCIA) Considerando as normas constitucionais que regulam a competência da Justiça Federal, é correto afirmar que cabe aos juízes federais processar e julgar:

- a)** os crimes políticos e todas as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.
- b)** os crimes praticados contra o trabalhador que não importem em grave violação de direitos humanos.
- c)** as infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme.
- d)** os crimes cometidos em rodovias federais.
- e)** os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.

Letra e.

Os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar, são de competência da Justiça Federal, conforme preceitua o art. 109, IX, da CF/1988.

- a) Errada.** O examinador não excluiu da Competência da Justiça Federal o julgamento das contravenções penais. Note que está escrito “todas” na alternativa.
- b) Errada.** A Justiça Federal julga os crimes contra a organização do trabalho.
- c) Errada.** Trata do tema desta aula. A justificativa é que o art. 144 § 1º, I, da CF/1988, dispõe que a Polícia Federal apura infrações cuja prática tenha repercussão interestadual, mas nada diz a respeito da competência para julgar estes delitos. A atuação da Polícia Federal não transfere, à Justiça Federal, a competência para processar e julgar o crime.

d) Errada. Os crimes cometidos em rodovias federais não são, em regra, de competência da Justiça Federal. Exemplo: embriaguez ao volante cometido em rodovia federal será um crime de competência da Justiça Estadual.

12. (2009/CESPE/TRF-2ª REGIÃO/JUIZ FEDERAL) Quanto à defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

- a)** De acordo com a doutrina, no estado de sítio há controle político prévio, concomitante e sucessivo.
- b)** É vedada, em caráter absoluto, a suspensão das imunidades parlamentares no estado de sítio.
- c)** O Congresso Nacional não permanecerá em funcionamento no estado de sítio, quando este for decretado na hipótese de declaração de guerra ou de resposta a agressão armada estrangeira.
- d)** Segundo a CF, os guardas municipais dispõem de competência para o policiamento ostensivo e preventivo.
- e)** Compete à Polícia Federal apurar as infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e intermunicipal e exija repressão uniforme.

Letra a.

Conforme os arts. 138, § 3º, e 140, da CF/1988.

As alternativas “d” e “e” estão relacionadas ao tema da nossa aula. A alternativa “d” está errada, pois as guardas municipais têm a função constitucional de preservação do patrimônio público municipal, não dispondo de atribuição de patrulhamento os-

tensivo como as polícias militares. O guarda municipal deve prender quem está em flagrante delito por crime de dano ao patrimônio público. O guarda municipal pode prender em flagrante, como qualquer um do povo, no caso de flagrante delito de outras infrações penais. A letra “e” está equivocada, pois nem a Constituição Federal muito menos a Lei n. 10.446/2002 trata de delitos “intermunicipais”.

13. (2009/FUNRIO/PRF/POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL/SUPERIOR) A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares. Neste sentido, é correto afirmar que incumbe

a) à polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, exercer com exclusividade as funções de polícia judiciária da União.

b) à polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

c) às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

d) à polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, prevenir e reprimir o tráfico ilícito de

entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.

e) às polícias militares, ressalvada a competência da União, exercer as funções de polícia judiciária e apurar as infrações penais.

Letra d.

Cabe à Polícia Federal, que é instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.

a) Errada. Cabe à Polícia Rodoviária Federal a atribuição do patrulhamento ostensivo das rodovias federais, sendo atribuição da Polícia Federal o exercício da função de Polícia Judiciária da União.

b) Errada. Cabe à Polícia Ferroviária Federal o patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

c) Errada. As polícias civis não possuem atribuição para apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei, sendo tais atribuições da Polícia Federal.

14. (2009/MOVENS/PC-PA/DELEGADO DE POLÍCIA) A Constituição Federal conceitua a “segurança pública” e diz que sua finalidade é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Com relação ao que prescreve a Constituição a respeito das polícias civis, assinale a opção correta.

- a) As polícias civis possuem atribuição concorrente para apurar crimes de interesse da União, suas autarquias e empresas públicas federais.
- b) As polícias civis têm atribuição exclusiva para apurar crimes descritos como condutas típicas nas leis eleitorais, podendo instaurar investigação quando tomar conhecimento do fato em primeiro lugar.
- c) Às polícias civis é atribuído o poder para apurar condutas cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme de acordo com as disposições da lei.
- d) As polícias civis que funcionam sob direção de delegados de polícia integrantes de carreira têm incumbência de apurar infrações penais.

Letra d.

Conforme o disposto no § 4º do art. 144 da CF/1988:

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

- a) Errada.** As polícias civis não possuem atribuição para apurar crimes de interesse da União, suas autarquias e empresas públicas federais, tendo apenas atribuição de investigar as infrações penais de competência de julgamento da Justiça Estadual.
- b) Errada.** Cabe à Polícia Federal a atribuição para apurar crimes descritos como condutas típicas nas leis eleitorais.
- c) Errada.** Cabe à Polícia Federal a atribuição para apurar condutas cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme de acordo com as disposições da lei.

15. (2012/UEG/PC-GO/DELEGADO DE POLÍCIA) São atribuições da Polícia Federal:

- a)** apurar infrações penais contra a ordem pública e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão regional ou interestadual e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.
- b)** prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.
- c)** exercer, concorrentemente com as polícias civis e militares, as funções de polícia judiciária da União.
- d)** exercer as funções de polícia marítima, fluvial, aeroportuária e de fronteiras.

Letra b.

De acordo com o inciso II do § 1º do art. 144 da CF/1988:

II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

a) Errada. O §1º do 1º do art. 144 da Constituição Federal de 1988 não usa o termo “regional” quando trata das atribuições da Polícia Federal:

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

c) Errada. Apenas a Polícia Federal exerce as funções de Polícia Judiciária da União, conforme preceitua o inciso IV do art. 144 da Lei Fundamental:

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

d) Errada. O inciso III do § 1º do art. 144 da CF/1988 não cita o termo “fluvial”:

III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

16. (2007/CESPE/TJ-TO/JUIZ DE DIREITO) Acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

a) O estado de defesa, que visa restabelecer a ordem na hipótese de comoção grave de repercussão nacional, é instituído por meio de decreto do presidente da República e deve ser submetido ao Congresso Nacional.

b) Somente na hipótese de decretação do estado de sítio, os Conselhos da República e de Defesa Nacional devem ser ouvidos previamente pelo presidente da República, embora essa manifestação não seja vinculativa.

c) Conforme a doutrina majoritária, o Poder Judiciário pode reprimir abusos e ilegalidades cometidos nos estados de defesa e de sítio, mas não pode perquirir acerca da existência ou não da conveniência e oportunidade política para a sua decretação.

d) Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), à Polícia Federal compete, com exclusividade, apurar as infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme.

Letra c.

A alternativa “c” é a correta. Porém, a letra “d” se relaciona com o tema desta aula e está errada por não ser entendimento do STJ, mas sim o que estabelece o art. 144 da CF/1988.

17. (2006/ESAF/TEM/AUDITOR-FISCAL DO TRABALHO) Não se inclui entre as competências constitucionais da Polícia Federal:

- a)** exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- b)** prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária.
- c)** exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- d)** apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União, suas entidades descentralizadas e em cooperação.
- e)** apurar infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme.

Letra d.

O art. 144, § 1º, I, da CF/1988, não cita “entidades descentralizadas”, mas sim “entidades autárquicas e empresas públicas”.

18. (2006/FAPEC/PC-MS/DELEGADO DE POLÍCIA) Analise as afirmações abaixo, quanto à SEGURANÇA PÚBLICA no texto constitucional.

I – A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, dentre outras atribuições, a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens,

serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

II – A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

III – A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

IV – Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

V – Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) os itens I, II e V estão incorretos.
- b) os itens I, III e IV estão corretos.
- c) os itens II, III e V estão incorretos.
- d) todos os itens estão corretos.
- e) todos os itens estão incorretos.

Letra d.

I – Certo. De acordo com o § 1º do art. 144 da Constituição Federal de 1988:

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: *(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II – Certo. De acordo com o § 2º do art. 144 da Constituição Federal:

A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

III – Certo. Em conformidade com o § 3º do art. 144 da CF/1988:

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

IV – Certo. Em conformidade com o § 4º do art. 144 da CF/1988:

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

V – Certo. Em conformidade com o § 5º do art. 144 da CF/1988:

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

19. (2004/CESPE/POLÍCIA FEDERAL/ESCRIVÃO DA POLÍCIA FEDERAL) Com relação à defesa do Estado e das instituições democráticas e à ordem social, julgue os itens subsequentes.

Atendidas as disposições legais, é atribuição da polícia federal apurar infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme.

Certo.

De acordo com o art. 144, § 1º, I, da CF/1988:

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: *(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

20. (2004/CESPE/POLÍCIA FEDERAL/ESCRIVÃO DA POLÍCIA FEDERAL)

Com relação à defesa do Estado e das instituições democráticas e à ordem social, julgue os itens seguintes.

A apuração das infrações penais praticadas contra empresas públicas da União somente é de competência da Polícia Federal caso tenham repercussão interestadual, exigindo repressão uniforme.

Errado.

A assertiva está errada por causa da expressão “somente”, conforme se verifica pela leitura do art. 144, § 1º, I, da CF/1988:

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: *(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)*

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
